

**Liz Cristina Pinto Duarte**

---

**De:** Fabiana Machado Santos <Fabiana.Santos@segurpro.com.br>  
**Enviado em:** segunda-feira, 18 de novembro de 2019 16:45  
**Para:** Licitação  
**Cc:** ADMVendasContratosPublicos  
**Assunto:** Pedido de Impugnação - Pregão Eletrônico Nº 031/2019  
**Anexos:** Impugnação - TRE RO.pdf

AO  
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
Att. Seção de Licitação e Compras

**Ref. PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO - Pregão Eletrônico Nº 031/2019**

Tendo nossa empresa total interesse na participação da licitação em epígrafe, apresentamos nosso pedido de Impugnação, conforme segue anexo.

À disposição,

Pede deferimento,



**Fabiana Machado Santos**

ANALISTA SR – Gestão de Contratos e Licitações

[Fabiana.Santos@segurpro.com.br](mailto:Fabiana.Santos@segurpro.com.br)

Office: (11) 3809-1252 | Mobile:

[www.segurpro.com.br](http://www.segurpro.com.br)

AO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AVENIDA PRESIDENTE DUTRA, 1889

BAIXA UNIÃO, PORTO VELHO/RO – CEP: 76805-901

PREGÃO ELETRÔNICO SRP n.º 031/2019

PROCESSO n.º 0001287-72.2019.6.22.8000

**SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A.** sociedade empresarial, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, estabelecida na Avenida Ermanno Marchetti, n.º 1.435, 7º Andar, sala 02, Lapa, CEP: 05038-001, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 25.278.459/0001-82, por seu procurador infra-assinado, nos autos do Processo Licitatório em referência, vem respeitosa e tempestivamente, a presença de V.S<sup>a</sup>, com fundamento no artigo 41, §3º da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como demais preceitos legais pertinentes e aplicáveis à espécie, bem como demais preceitos legais pertinentes e aplicáveis à espécie, oferecer **IMPUGNAÇÃO**, consoante às razões de fato e de direito a seguir exposta:

Cuida-se de pregão eletrônico objetivando “**a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada – ostensiva, preventiva, diurna e noturna, para proteção e guarda dos bens móveis e imóveis, fiscalização, execução de atividades internas e externas, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos e bens materiais, operação de mecanismo de segurança, realização de rondas nas áreas externas e adjacentes e outras que lhe são afetas e que sejam necessárias para o alcance dos objetivos, concernente em 03 postos de serviço 12 x 36h diurno e 03 postos de serviços 12x36h noturno, nos termos e condições estabelecidos neste edital e seus anexos.**”

## 1. PRELIMINARMENTE

### DA TEMPESTIVIDADE

É de se assinalar que a presente insurreição se encontra TEMPESTIVA, uma vez que protocolada dentro do prazo que prescreve o item 2.2 do Edital do referido Pregão Eletrônico.

Destarte, em conformidade com os regramentos do instrumento convocatório em exame, a presente impugnação apresentada no **dia 18/11/2019** afigura-se absolutamente tempestiva.

## 2. DAS RAZÕES QUE MOTIVARAM A PRESENTE IMPUGNAÇÃO

### ANEXO XII – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 94 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP – ITEM 5 – CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

A presente impugnação dirige-se contra as condições apresentadas no edital no tocante ao valor estimado da contratação, demonstrados na Tabela 1 deste Anexo, contrariando radicalmente as disposições constantes do Caderno Técnico de Estudo sobre valores limites para a contratação de Serviços de Vigilância no âmbito da Administração Pública Federal, para a unidade da Federação de Rondônia, ano 2018, emitido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, anexo ao Edital.

### LEIA ATENTAMENTE ÀS DISPOSIÇÕES DO ÓRGÃO LICITANTE:

**“5.1 – VALOR ESTIMADO** - Estima-se para esta contratação o valor de **R\$ 1.802.745,69** (um milhão, oitocentos e dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), demonstrados na TABELA 1.

**TABELA 1**

<i>Posto de Trabalho/Escala de Trabalho</i>	<i>Valor Mensal/Homem</i>	<i>Valor Mensal do Posto (com 2 homens)</i>	<i>Número de Postos</i>	<i>Valor Total Mensal</i>
<i>Vigilância diurna/12hX36h</i>	<i>R\$ 4.717,01</i>	<i>R\$ 9.434,01</i>	<i>3</i>	<i>R\$ 28.302,03</i>
<i>Vigilância noturna/12hX36</i>	<i>R\$ 5.298,25</i>	<i>R\$ 10.596,50</i>	<i>3</i>	<i>R\$ 31.789,49</i>
<b>VALOR TOTAL MENSAL</b>		<b>R\$ 60.091,52</b>		

**VALOR TOTAL PARA 12 MESES** **R\$ 721.098,27**

**VALOR TOTAL PARA 30 MESES (\*)** **R\$ 1.802.745,69**

*\*Valor Máximo aceito pela Administração*

NOTE, que o item contraria as disposições do referido Caderno Técnico – Ministério da Economia SEGES - Rondônia, conforme demonstrado abaixo:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - R\$					
Posto 12 x 36 Diurno		Posto 12 x 36 Noturno		Posto 44h semanais	
Minimo	Maximo	Minimo	Maximo	Minimo	Maximo
<b>9.731,27</b>	<b>10.575,14</b>	<b>10.928,87</b>	<b>11.877,56</b>	<b>5.474,27</b>	<b>6.009,01</b>

O valor mensal/homem pelo Instrumento Convocatório, estabelece por exemplo, o limite de **R\$ 9.434,01** para a vigilância diurna 12h/36h, e em contrapartida, o Caderno Técnico de Estudo sobre Vigilância para a federação de Rondônia, inclusive anexo ao Edital, estabelece **R\$ 9.731,27** para o mesmo posto de trabalho, ou seja, o **Edital estabelece valor menor que o mínimo estabelecido no Caderno Técnico!**

Por certo, notadamente o ÓRGÃO LICITANTE albergou em suas instruções editalícias valores distintos do Caderno Técnico na sua Composição de Custos e Formação de Preços.

Vejamos alguns exemplos, quando comparado o Edital e o referido Caderno Técnico:

Itens	Módulo	Caderno Técnico	Edital
		12 x 36h Diurno	12 x 36h Diurno
1	Remuneração	1.661,93	1.834,73
2	Encargos e Benefícios	<b>1.542,00</b>	<b>1.455,27</b>
3	Rescisão	<b>248,84</b>	<b>143,49</b>
4	Reposição do Profissional Ausente	<b>434,05</b>	<b>260,40</b>
5	Insumos diversos	59,27	112,72
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	700,33	910,39
7	Rateio da Chefia de Campo	219,22	-----
	Valor por Empregado	<b>4.865,64</b>	<b>4.717,00</b>
	Valor por Posto (x2)	<b>9.731,27</b>	<b>9.434,00</b>

Se considerarmos os valores acima apresentados, já veremos discrepância nos valores ref aos itens 2, 3 e 4 (em negrito), sem considerarmos ainda a ausência de custo para o item 7 – Rateio da Chefia de Campo no Instrumento Convocatório.

**Isso, sem compararmos a vigilância noturna, a qual também apresenta no Instrumento Convocatório, valor aquém do estabelecido no mesmo Caderno Técnico de Estudo sobre valores limites para a contratação de Serviços de Vigilância no âmbito da Administração Pública Federal, para a unidade da Federação de Rondônia, ano 2018, emitido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.**

Essa divergência nos valores acima demonstrados geram remunerações mensais contratuais aquém do mínimo estabelecido como exequível para execução do contrato. Esse aparente detalhe tem sido motivo de tantos problemas com as empresas de terceirização contratadas que, no curto, médio e longo prazos, não conseguem honrar os compromissos assumidos com os contratantes.

Nos últimos anos, passaram a ocorrer com maior frequência problemas na execução desse tipo de contrato, com interrupções na prestação dos serviços, ausência de pagamento aos funcionários de salários e outras verbas trabalhistas, trazendo prejuízos à administração e aos trabalhadores.

A Lei 8666/93, em seu artigo 15, menciona que:

*Artigo 15. As compras, sempre que possível, deverão:*

*(...)*

*V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos  
órgãos e entidades da Administração Pública.*

Assim, temos que, se mantido o Edital da forma que se encontra, o valor estimado para os referidos postos de trabalho será inexecuível, desrespeitando completamente os valores estipulados pela Administração Pública, conforme já demonstrado.

Portanto, o Edital urge por reforma, visto que os preços estimados no Instrumento Convocatório não condizem com a prática de mercado e principalmente com os parâmetros utilizados e baseados pelo próprio Edital, quando menciona o Caderno Técnico de Estudo sobre os valores limites para a contratação dos Serviços de Vigilância, para a unidade de Rondônia.

Afinal, o risco do negócio envolvendo o serviço licitado é constante e iminente.

**POR DERRADEIRO, EVIDENCIA-SE QUE** a licitação irremediavelmente viciosa, frustra o intuito do legislador que, ao criá-la, assegurou a legalidade e a competitividade do certame, impondo à Administração Pública a verificação minuciosa sobre todos aspectos formais e de viabilidade na execução do contrato, no intento de evitar contratações que possam desencadear descumprimento de obrigações e responsabilidades em virtude da inexequibilidade dos preços praticados.

**POR DERRADEIRO, PELOS ITENS ORA DISCUTIDOS PELA IMPUGNANTE, TEM-SE QUE O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA FORMA ATUALMENTE REDIGIDA POR ESTE ÓRGÃO LICITANTE TRADUZ EM CONDIÇÕES DÍSPARES OS QUAIS NÃO PODEM PREVALECER, POIS ALIJA O CERTAME DE FORMA INJUSTIFICÁVEL À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS IDÔNEAS E PREOCUPADAS EM EXECUTAR O OBJETO PLEITEADO DE FORMA SATISFATÓRIA.**

### 3. DO PEDIDO

Requer seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, sendo analisados os pontos arguidos, e se faça a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade, que macule todo o procedimento que se iniciara e que enfim seja: **I.** Declarado nulo os itens atacados; **II.** Que o ÓRGÃO LICITANTE efetue ajustes no valor estimado para a contratação, baseando-se nos preços praticados pela Administração Pública; **III.** Que ocorra a republicação do edital, escoimado dos vícios apontados, reabrindo-se prazo inicialmente previsto, conforme §4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

Nestes termos, pede deferimento.

São Paulo, 18 de Novembro de 2019.



SEGURPRO  
Vigilância Patrimonial S/A  
Adriana Gomes Barbosa  
Coordenadora Adm. Vendas Security

**SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A**

Adriana Gomes Barbosa – Coordenadora - Gestão de Contratos e Licitações  
RG: 5.027.991 SDS/PE / CPF: 020.014.474-00